



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 354
22/06/12 a 28/06/12**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Unasul enviou missão diplomática ao Paraguai

No dia 21 de junho, no Rio de Janeiro, os presidentes dos países membros da Unasul convocaram uma reunião de emergência e decidiram enviar uma missão diplomática ao Paraguai para analisar a crise política no país. Em nota divulgada após a reunião, os representantes do bloco pediram respeito à ordem democrática do país paraguaio, observado o pleno cumprimento dos dispositivos constitucionais e assegurados o direito de defesa e o devido processo. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, os mandatários da Unasul consideram que os países do bloco conquistaram com muito esforço a democracia e, nesse sentido, todos devem ser defensores extremados da integridade democrática na América do Sul. O ministro também informou que a missão enviada à região está de acordo com o tratado constitucional do bloco sobre compromissos com a democracia. No mesmo dia, a missão diplomática integrada por chanceleres de Argentina, Brasil, Colômbia, Uruguai e Venezuela desembarcou no Paraguai a fim de conversar com governo e oposição paraguaios, antes que o processo de impeachment contra o governo do presidente Fernando Lugo fosse concluído. O assessor especial do Palácio do Planalto, Marco Aurélio Garcia, considerou estranha a rapidez do processo de impeachment contra o presidente do país vizinho. Garcia também ressaltou que a crise política causa uma inquietação na região, onde há um convívio invejável, e declarou não acreditar que o Paraguai queira romper com esse convívio (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/06/2012; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/06/2012; Folha de S. Paulo – Mundo – 24/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/06/2012).

Mantega fez declarações sobre desenvolvimento sustentável

Durante o seminário de ministros de finanças do G-20, no Rio de Janeiro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) demonstra que os governos estão dispostos a destinar mais dinheiro às questões ambientais. O ministro afirmou que os países estão começando a abandonar formas mais atrasadas de crescimento que depredam o ambiente e visam apenas ao lucro rápido. Mantega ainda ressaltou a construção da hidrelétrica de Belo Monte como um exemplo de projeto sustentável. Ademais, o ministro destacou que, apesar de o Brasil estar crescendo menos, o país continua gerando empregos e tem usado programas sociais que geram renda à população (O Estado de S. Paulo – Planeta – 22/06/2012).

Rousseff defendeu direitos das mulheres

Durante o Fórum de Mulheres Líderes, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a presidente Dilma



Observatório de Política Exterior do Brasil

Rousseff defendeu o direito das mulheres à sexualidade, à reprodução e ao planejamento familiar. Rousseff elogiou a presidente da ONU Mulheres, Michele Bachelet, por ter articulado o documento final elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que foi fruto de consenso de todos os países, respeitando as diversidades e sendo mais específico no detalhamento dos direitos femininos. A mandatária ainda ressaltou que o Brasil está investindo para superar dificuldades de acesso aos serviços de saúde, pleno exercício dos direitos sexuais reprodutivos (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/06/2012; O Estado de S. Paulo – Planeta – 22/06/2012).

Brasil e China firmaram acordos

No dia 21 de junho, no Rio de Janeiro, autoridades brasileiras e chinesas reuniram-se. Na ocasião, os representantes dos países firmaram um acordo para permitir que a Embraer construa seu novo modelo de jato executivo no país asiático em parceria com a companhia local Avic. O compromisso foi assinado na presença da presidente brasileira, Dilma Rousseff, e do primeiro ministro da China, Wen Jiabao. Ademais, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que as nações vão fechar um acordo de uma linha de crédito recíproca em moeda local, fornecida e operada pelos respectivos bancos centrais. Segundo o ministro, o compromisso reforça a situação financeira de ambos os países com reservas adicionais de recursos em um momento em que a economia internacional está estressada. Os governos brasileiro e chinês também firmaram parceria que prevê o lançamento conjunto de dois satélites sino-brasileiros. Mantega declarou que os acordos fazem parte de um plano decenal de cooperação entre os dois países, com iniciativas econômicas, de investimento, tecnológicas, culturais e agrícolas. Além disso, o ministro enfatizou o convite para que os chineses invistam na cadeia de petróleo e gás no Brasil e afirmou que enxerga sinergias entre a Petrobrás e a estatal chinesa Petrochina (Folha de S. Paulo – Mercado – 22/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/06/2012; O Estado de S. Paulo – Negócios – 22/06/2012).

Brasil manifestou descontentamento com críticas a documento final da Rio+20

No dia 21 de junho, a presidente Dilma Rousseff manifestou descontentamento com as críticas tecidas pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, ao documento final da Convenção das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Rousseff argumentou que todos os países assinaram o documento, assim como a ONU. Segundo a presidente, quem é signatário deve defender o texto. Ademais, a mandatária considerou que é errado afirmar que faltou ambição ao documento, visto que os países se comprometeram a reafirmar compromissos e fizeram declarações



Observatório de Política Exterior do Brasil

de intenções sobre o futuro. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, expressou a postura brasileira a Ki-moon que mudou seu discurso anterior e declarou que o documento consiste em um pacote de decisões muito amplo, ambicioso e prático e que Brasil tem contribuído para o sucesso da Rio+20. No dia 22, em cerimônia de encerramento da conferência, Rousseff declarou que o texto aprovado deixou as bases de uma agenda para o século vinte e um e que este não representa retrocesso se comparado às demais conferências das Nações Unidas que já ocorreram. A mandatária acrescentou que as resoluções que tratam da erradicação da pobreza e da proteção ao meio ambiente são conquistas. Ademais, Rousseff ressaltou que o documento reflete um consenso e que celebrar este fato significa reconhecer que construções coletivas baseadas no diálogo são mais fortes e fazem o mundo avançar (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/06/2012; O Estado de S. Paulo – Planeta – 22/06/2012; O Estado de S. Paulo – Planeta – 23/06/2012).

Brasil questionou África do Sul na OMC

No dia 21 de junho, na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil protocolou a primeira disputa contra a África do Sul. A queixa refere-se a barreiras impostas pelo país africano ao frango brasileiro, alegando indícios de prática de dumping por parte dos exportadores do Brasil. A diplomacia brasileira espera que a questão seja tratada tecnicamente e de forma negociada, sem interferir nas relações políticas do grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) (O Estado de S. Paulo – Economia – 22/06/2012; Folha de S. Paulo – Mercado – 22/06/2011).

Ministra do Meio ambiente questionou texto final da Rio+20

No dia 22 de junho, no Rio de Janeiro, a ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, declarou que falta clareza ao texto oficial Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no que tange às obrigações dos países desenvolvidos com relação ao estabelecimento de novos padrões de consumo e produção no planeta. A ministra declarou que o plano é excepcional, mas questionou a falta de clareza quanto ao significado do mesmo e à maneira de se transformar as obrigações dos países desenvolvidos em realidade. Ademais, Teixeira acrescentou que o documento poderia ter avançado na questão dos direitos reprodutivos das mulheres e na parte do texto final que trata dos oceanos (O Estado de S. Paulo – Planeta – 23/06/2012).

Embaixadores elogiaram texto final da Rio+20



Observatório de Política Exterior do Brasil

O embaixador brasileiro e negociador-chefe do país para a Convenção das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Luiz Alberto Figueiredo Machado, afirmou que o texto final da cúpula ficou estupendo. O diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty e também negociador do evento, André Correa do Lago, afirmou que a Rio+20 é um marco na evolução da visão de mundo da comunidade internacional. Segundo Lago, os países que foram mais bem-sucedidos ambiental, social e economicamente nos últimos anos foram os que buscaram suas próprias respostas e que não dependeram unicamente da cooperação internacional (O Estado de S. Paulo – Planeta – 23/06/2012; O Estado de S. Paulo – Planeta – 24/06/2012).

Brasil condenou impeachment no Paraguai

No dia 23 de junho, no Rio de Janeiro, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, declarou que a embaixada brasileira em Assunção, no Paraguai, não será fechada, uma vez que o Brasil reconhece Estados e não governos. Em nota, o Itamaraty condenou a rapidez do processo contra o ex-presidente paraguaio, Fernando Lugo, e indicou uma ruptura da ordem democrática no Paraguai. Ademais, o Brasil convocou o embaixador brasileiro em Assunção para consultas (Folha de S. Paulo – Mundo – 24/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/06/2012).

Brasil e Argentina negociaram acordos bilaterais

Na Argentina, paralelamente às reuniões preparatórias à próxima Cúpula de presidentes do Mercosul, diplomatas brasileiros liderados pela secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, negociaram com a delegação argentina. O objetivo foi desenvolver um acordo geral para destravar barreiras aos produtos que causam maiores problemas ao comércio bilateral. Na ocasião, as partes acordaram o prazo de uma semana para o início da liberação de licenças e a secretária de Comércio Exterior da Argentina, Beatriz Paglieri, comprometeu-se a adotar gestos de boa vontade (Folha de S. Paulo – Poder – 25/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/06/2012).

Países sul-americanos suspenderam Paraguai do Mercosul e da Unasul

No dia 24 de junho, as nações da América do Sul decidiram suspender o Paraguai do Mercosul e da Unasul até as eleições presidenciais do ano que vem devido ao processo de impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. A idéia surgiu como uma tentativa de desestimular outros países a realizar ações similares na região. Os presidentes sul-americanos afirmam que a destituição do então presidente, Fernando Lugo, violou o Protocolo de Ushuaia,



Observatório de Política Exterior do Brasil

mecanismo que condiciona a participação de um país no Mercosul à plena vigência das instituições democráticas. Em nota a jornalistas, Lugo declarou que não reconhece a legitimidade de seu substituto, Frederico Franco, e que conversou com o presidente do Peru, Ollanta Humala, para que a transmissão do poder rotativo da Unasul fosse antecipada, já que o Paraguai é o atual ocupante da presidência pró-tempore do bloco. No entanto, segundo comparações da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e dos ministros do país, o ex-presidente paraguaio não buscou e não conseguiu mobilizar a população em seu favor, como fez o presidente hondurenho deposto em 2009, Manuel Zelaya. Ademais, Rousseff afirmou que mesmo tendo como objetivo desencorajar outros países a adotarem medidas semelhantes às ocorridas no Paraguai, o Brasil não possui nenhum interesse em retaliar sozinho o governo de Franco, restringindo-se apenas a adotar decisões coletivas e em órgãos multilaterais (Folha de S. Paulo – Mundo – 25/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/06/2012).

Rousseff declarou que negociação com China é estratégica

No dia 25 de junho, em videoconferência com a presidente argentina, Cristina Kirchner, e o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, declarou que a negociação com a China é estratégica no atual momento de crise internacional. Ademais, a Rousseff afirmou ser importante que o Mercosul e o país oriental estreitem relações (O Estado de S. Paulo – Economia – 26/06/2012).

Ministro declarou que decisões serão tomadas de forma consensual

No dia 25 de junho, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que o impeachment de Fernando Lugo foi inusitado e declarou que as decisões serão tomadas de forma consensual a partir de discussões no âmbito do Mercosul e da Unasul. Ademais, no dia 27, em Mendoza, Argentina, Carvalho participou da cerimônia de abertura do Fórum Social do Mercosul. Na ocasião, o ministro fez declarações sobre a crise paraguaia, afirmando que não se pode vilipendiar um processo eleitoral legítimo que nomeou um representante popular. O ministro também afirmou que o impeachment foi uma reação dos que têm medo da democracia popular e, por isso, não se pode aceitar a atual situação paraguaia (O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/06/2012).

OEA decidiu enviar missão ao Paraguai

No dia 25 de junho, a reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu enviar ao Paraguai uma missão para



Observatório de Política Exterior do Brasil

investigar o processo de impeachment contra o ex-presidente Fernando Lugo. A decisão foi do secretário-geral chileno, José Miguel Insulza, e não houve consenso entre os embaixadores. Na ocasião, o embaixador paraguaio, Bernardino Hugo Saguier, criticou a proposta brasileira de esperar até o dia 29, quando ocorrerá uma reunião de chefes de Estado da Unasul, para que uma decisão fosse tomada. Ademais, a delegação brasileira irritou-se quando Saguier mencionou a Guerra do Paraguai. O representante interino do Brasil na OEA, ministro Breno Dias da Costa, rebateu afirmando que o Paraguai estava sendo representado naquela reunião graças ao respeito e à generosidade dos países da organização, já que o governo paraguaio atual não era reconhecido por nenhum dos membros. Ademais, Dias da Costa negou que a medida de esperar a Unasul seja para deixar a OEA de fora do processo, mas sim porque os países vizinhos são os que têm maior interesse no que acontece no Paraguai. Liderados pela Nicarágua, sete países defenderam o retorno de Fernando Lugo ao poder, exigiram a condenação pela OEA do golpe parlamentar de Estado e a expulsão do Paraguai da organização. Nenhum país reconheceu como legítimo o governo de Frederico Franco. O Brasil não apoiou o envio da missão, nem a expulsão do país vizinho da OEA. Dias da Costa declarou que o Brasil considera ter havido um rito sumário contra Lugo e o rompimento da ordem democrática, mas que a melhor opção era esperar pelo encontro de chefes de Estado da Unasul antes de adotar qualquer postura (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/06/2012).

Rousseff participou de reunião do Mercosul

No dia 27 de junho, em Mendonza, na Argentina, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, sua homóloga argentina, Cristina Kirchner e o mandatário uruguaio, José Mujica, participaram do primeiro dia da reunião técnica do Mercosul. Na ocasião, os presidentes discutiram quais seriam os termos que o bloco adotaria para punir o Paraguai por conta do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Lugo, considerado pelo bloco como não democrático. Os três mandatários avaliaram a alternativa de proibir temporariamente a participação do Paraguai nas reuniões ordinárias e cúpulas de ministros e presidentes do bloco. Entretanto, de acordo com esse plano, o país deveria continuar cumprindo as determinações de seus sócios. Desta forma, os presidentes não pretendem expulsar o país do Mercosul, mas suspendê-lo até que ocorram suas próximas eleições. Ademais, outra pauta da reunião foi o ingresso da Venezuela como membro pleno do bloco. A incorporação deste país seria facilitada pela ausência do Paraguai, o qual é o único membro do bloco que não concorda com a entrada plena da Venezuela (O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/06/2012).

Brasil mostrou-se contrário a sanções econômicas ao Paraguai



Observatório de Política Exterior do Brasil

No dia 27 de junho, em declaração à imprensa, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que o Brasil não aplicará sanções econômicas ao Paraguai devido à deposição do ex-presidente Fernando Lugo. Ademais, o governo brasileiro tem mantido conversas com a Venezuela para evitar que o país adote medidas radicais e para convencê-lo a reverter sua suspensão de venda de combustível ao Paraguai (O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/06/2012).

Brasil negociou com a Síria entrada de observador da ONU no país

Após negociações entre o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antônio Patriota, e o governo sírio, o Brasil conseguiu permissão para que o brasileiro chefe da comissão de investigação da Organização das Nações Unidas (ONU), Paulo Sergio Pinheiro, voltasse a entrar no país. Entretanto, o visto foi concedido ao chefe da comissão apenas a título pessoal. Ademais, no dia 27 de junho, Pinheiro apresentou à ONU o resultado de sua investigação que apontou o governo sírio como o responsável pelo massacre de Hula e ainda denunciou crimes cometidos por Damasco. Desta forma, Pinheiro mostrou em seu relatório que o conflito é mais grave atualmente que à época do cessar-fogo. Durante a reunião, a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo, pediu aos sírios que mantenham a cooperação e aceitem como um próximo passo a entrada da equipe completa de investigação (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/06/2012)

Brasil solicitou expansão do prazo de compra de caças

No dia 20 de junho, a Aeronáutica brasileira enviou carta aos Estados Unidos, à França e à Suécia solicitando que os países mantenham a proposta de venda de caças ao Brasil. No texto, o país demandou que os três governos e as empresas concorrentes mantenham, até o dia 31 de dezembro, os termos, as condições e os valores das propostas concluídas ainda no mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento foi assinado pelo brigadeiro Carlos de Almeida Batista Júnior, presidente da Comissão Coordenadora do Programa de Aeronaves de Combate (Copac) responsável pela avaliação das propostas (Folha de S. Paulo – Poder – 28/06/2012).